

Paulo Paim proporrá acordo a Itamar para reduzir inflação

■ Planalto marca entrevista com presidente para terça-feira

CHRISTIANE SAMARCO
E MARIA LUIZA ABBOTT

BRASÍLIA — O presidente da Comissão do Trabalho da Câmara, Paulo Paim (PT-RS), admite abrir mão do projeto de reajustes mensais dos salários, caso o presidente Itamar Franco assuma a coordenação de um programa para reduzir a inflação, negociado com empresários, banqueiros e trabalhadores. Paim será recebido terça-feira pelo presidente, para tratar da política de reajustes mensais dos salários, aprovada pela comissão. “Não conheço nenhum país que tenha saído de uma crise semelhante à nossa sem um grande acordo nacional”, diz.

Paim, que negocia políticas salariais com o governo desde a administração José Sarney, garante que as centrais sindicais e os empresários estão dispostas a um entendimento, mas que a maior resistência vem do governo. “Há clima para um grande acordo, o problema é que, assim como Paulo Haddad, o atual ministro da Fazenda, Eliseu Resende, só enxerga políticas econômicas ortodoxas”, disse o parlamentar. “Se é para manter juros altos e preços subindo, então temos que defender os salários com indexação mensal”, acrescentou.

Brasília — Gilberto Alves



Paim abre mão dos reajustes

A audiência de Paim com Itamar só foi confirmada ontem, depois de quase quatro meses de espera, graças à sua ameaça de acampar na rampa do Palácio do Planalto até ser atendido e à intervenção do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Diante de 278 assinaturas de deputados, garantindo a tramitação do projeto salarial em regime de urgência, Inocêncio intermediou um acordo para Itamar receber Paim. Uma hora mais tarde, o presidente da Câmara convoca os líderes para discutir a proposta já com a posição do governo.

Um dos argumentos do Execu-

tivo contra o reajuste mensal dos salários é o seu impacto nas contas da Previdência Social, que não tem caixa para suportar o mesmo ritmo de aumentos nas aposentadorias e pensões. “O Paim só apresentou meia proposta. Falta indicar a fonte de financiamento para os benefícios”, diz o ministro da Previdência, Antônio Britto. “A comissão não esqueceu pedaço nenhum. Nossa sugestão para o financiamento saiu do relatório Britto sobre a Previdência Social”, respondeu o deputado.

Paim garante que a solução foi dada há mais de um ano, pelo então deputado Antônio Britto (PMDB-RS), quando avaliou a situação financeira da Previdência para pagar o reajuste de 147% aos aposentados. Segundo o petista, Britto dizia que, para salvar a Previdência, era preciso crescimento econômico e aumento salarial — justamente o que propõe a comissão —, pois 70% da receita vêm das contribuições sobre a folha de salários. “A sonegação à Previdência, calculada por Britto em 41%, foi apenas parcialmente reduzida. Se ele desejar, é só enviar um projeto que aumente o número de fiscais, que a Câmara aprova na hora”, encerrou.